UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - UERJ

INSTITUTO DE MEDICINA SOCIAL

Série: Estudos em Saúde Coletiva nº 128

1) TULIPAS, MOEDAS E REFORMAS
2) QUE HORAS SÃO?

José Luis Fiori

Outubro 1995

IMS INSTITUTO DE MEDICINA SOCIAL
UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE MEDICINA SOCIAL
UERJ

1) TULIPAS, MOEDAS E REFORMAS

2) QUE HORAS SÃO?

JOSÉ LUIS FIORI
Outubro/1995

Nº 128

Diretor: José C. Noronha
Conselho Editorial: Cid M. de Mello Vianna (Coordenador)
George Kornis
Luiz Antonio de Castro Santos
Secretário/Diagramação: Victor Manoel Moreira Gonzalez
Nota: A série "Estudos em Saúde Coletiva" é uma publicação de textos para discussão do Instituto de Medicina Social - IMS, de exclusiva responsabilidade do(s) autor(es).

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

F 519 FIORI, José Luisl. Tulipas, moedas e reformas; que horas são. Rio de Janeiro: UERJ/IMS, 1995. 14 p. (Estudos em Saúde Coletiva; 128).

Descritores:
POLÍTICA ECONÔMICA
ESTABILIZAÇÃO ECONÔMICA
BRASIL

Impressão e acabamento final: Gráfica da UERJ.

TULIPAS, MOEDAS E REFORMAS

José Luis Fiori *

John Galbraith publicou em 1990 um pequeno livro,[1] extremamente interessante, sobre a forma invariável que assumem a euforia e o pânico nos ciclos de especulação financeira que se sucedem na história do capitalismo, desde 1630, na Holanda, quando o surpreendente objeto da valorização foi nada mais nada menos do que uma flor, a Tulipa. A anatomia desse acontecimento pioneiro permitiu a Galbraith desvelar as características que acompanharam, a partir de então, todas as demais crises financeiras, até a que culminou no México em 1994. Em todos os casos o sucesso da escalada especulativa escudou-se na criação de uma dívida garantida por algum tipo de "âncora" na qual um número crescente de pessoas acredita durante algum tempo., exista ela ou não na forma de bens tangíveis. Crença massiva que atribuiu, invariavelmente, à genialidade de alguns jovens financistas, a

* Cientista Político, Professor-titular dos Institutos de Economia Industrial da UFRJ e de Medicina Social da UERJ.

capacidade de criar riqueza de forma rápida e duradoura. Na hora do sucesso, como ele pode ver, a euforia autoprotegeu-se, sempre, acusando os críticos de catastrofistas. Na hora da crise e do pânico, entretanto, os gênios desapareceram, os críticos foram esquecidos e encontrou-se, invariavelmente, algum responsável externo aos mercados, pela desgraça coletiva. Alem disso, em algumas culturas mais estóicas, alguns tolos em geral acabaram se suicidando.

Todos os obstáculos, mesmo os de natureza política aos quais alguns atribuem hoje as dificuldades que abalaram, depois da crise mexicana, a euforia do Real, foram gerados por ele próprio, são produtos de sua própria engenhosidade. Afinal, sua originalidade histórica principal não está no fato de que fez da própria moeda e simultaneamente o objeto casado de uma euforia financeira e consumista, mas no fato de que a indução da euforia produziu um resultado fora do mercado, absolutamente original: o apoio eleitoral majoritário da população brasileira a uma coalizão política extremamente ampla e extraordinariamente coesa enquanto foi possível conjugar de forma positiva o feijão com os importados e os ganhos financeiros. E agora, na hora que Galbraith chamaria da "ressaca" desse experimento extremamente ousado, não se deve estranhar que o pânico dos investidores seja parceiro do desencanto dos consumidores, mas tampouco deve-nos espantar as dificuldades enfrentadas por seu produto mais original; a fragmentação, descoordenação ou mesmo fraturas internas da coalizão política que se sustentou no Real.

Hoje quase todos já entenderam a chave do milagre e por isso alguns economistas, mesmo os mais esperançosos, reconhecem que se a batalha da estabilização segue, o plano, do ponto de vista de sua estrutura lógica, "já acabou", "sofre de fadiga" ou simplesmente "precisa ser reformulado". Graças a Deus os jovens que o conceberam não sentiram nenhuma necessidade de suicidar-se, nem mesmo de retratar-se. Mas plano estrito da política

econômica foram obrigados a abdicar de sua obra: ao ruir sua peça mestra, reagiram ao pânico dos investidores subindo a taxa de juros; ao desequilíbrio comercial e à reclamação dos exportadores, desvalorizando o dólar; e frente ao comportamento "insaciável" dos consumidores foram obrigados a um recuo tático na política de abertura comercial e induzirão brevemente uma recessão. Por outro lado, ainda quando divirjam internamente, entre o caminho da desvalorização cambial e o da recessão pura e simples, todos reconhecem a impossibilidade de manter a mesma estratégia apoiados exclusivamente no manejo de uma taxa de juros que pelos seus níveis vai perdendo qualquer eficácia como instrumento de política econômica. E por mais que insistam, corretamente do ponto de vista do interesse brasileiro, em dissociar o Brasil do "risco América Latina", percebem pelos números que estão perdendo a batalha das expectativas junto aos agentes econômicos internos e externos. O impacto da inacabada crise mexicana e de suas seqüelas foi muito poderoso. E na medida em que há expectativas pessimistas seguem-se reações reticentes ou defensivos, a tendência (ainda que não seja obrigatória) é de que aumente a distância entre o comportamento dos agentes e as intenções da autoridade econômica. Como conseqüência, as iniciativas dessa autoridade se mostrarão cada vez mais ineficientes, sobretudo quando se proponham objetivos coercitivos. Por isso alguns temem, e de fato não está afastada a hipótese de pelo caminho da reindexação informal, acabe ocorrendo um novo descontrole inflacionário. Frente a isto, como a estratégia econômica segue sendo essencialmente a mesma, só lhe resta a batalha de Sísifo para recompor a cada momento, sua credibilidade econômica externa, assegurando horizontes estáveis aos analistas de risco internacionais. Com isso o governo espera poder redirecionar de volta os fluxos internacionais de capitais, de qualquer tipo (como indicam suas apostas nas altas taxas de juros e no esforço que vem fazendo para reanimar as bolsas através de sucessivos anúncios sobre privatizações) ainda quando preferisse, como é óbvio, que fossem de

natureza não especulativa. O problema essencial é que talvez não haja outra alternativa para esse governo, dentro da estratégia econômica e política que construiu a partir do Real, senão seguir a sugestão de Camdessus: avançar e avançar na mesma direção apostando que as coisas se recomporão por si mesmas. E é nesse contexto que deve ser entendido o recado recentemente enviado pela imprensa por Dornbush: sem uma "privatização selvagem" ficaria apenas para a imprensa o esforço de relações públicas que o Presidente desenvolveu de forma tão competente em sua recente visita aos EUA.

É dentro desta opção de aprofundamento da mesma aposta, apesar do pessimismo em alta que detectam algumas pesquisas sobre a opinião de empresários e da população em geral, que deve ser compreendida a volta da preocupação com a política no argumento dos economistas e da imprensa em geral. Ainda uma vez como sendo a responsável pelo que possa vir a acontecer com as reformas capazes de salvar o Real. Nessa linha, a nova fantasia passou a girar em trono aos efeitos imediatos e benéficos das reformas constitucionais. E o novo fantasma, voltou a ser a demora ou uma eventual oposição de um Congresso Nacional tomado pelo "corporativismo" e pelo " fisiologismo". Nada disto, entretanto, é novo nem pode estar surpreendendo aos formuladores da engenharia política que acompanhou ao Real. O problema, de fato, está noutro lugar: na desmontagem precoce da fantasia coletiva e na necessidade, mais cedo que se esperava, de atribuir às reformas virtudes que elas de fato não possuem. O Congresso tem sido agilíssimo e em geral tem dado apoio entusiástico às idéias do governo. Mal que mal está presidido e liderado pelos principais aliados da coalizão governamental e pelos seus mais entusiastas defensores das reformas constitucionais. O que passa é que, seja pelo tempo indispensável ao seu tratamento pelo Legislativo seja pelo tempo legal de sua regulamentação ou implementação (no caso de algumas privatizações) ou seja finalmente porque os investidores já sabem que elas não foram suficientes para dar

"governabilidade" ao México, fica muito difícil convencer a população (por melhor que sejam os comunicadores) de que estas reformas tenham algo a contribuir de imediato para conter a inflação ou mesmo diminuir o déficit público. E que toda esta imensa tempestade em copo de água tem muito mais a ver é com o jogo de sombras em que se transformou o mundo das expectativas econômicas, e com a tentativa de condicionar a decisão imediata dos investidores com relação aos recursos que apostaram no Brasil durante os seis meses de euforia encerrados com a crise mexicana..

No essencial e do ponto de vista dos cenários econômicos imediatos as reformas tem muito pouco para oferecer, alem de imobilizarem politicamente um governo que delega ao Congresso a responsabilidade de decidir sua própria viabilidade. Mais importante do que isto, deverá ser no mês de maio e junho o debate da desindexação em plena aceleração inflacionária. Mas no longo prazo o que mais deve preocupar-nos é a hipótese de que todas as reformas sejam devidamente aprovadas e aplaudidas e apesar disto e dos negócios que se viabilizem, nada aconteça de novo alem de uma recessão prolongada. Sem que esteja excluída a hipótese de que venha acompanhada de inflação. Seria uma nova e irremediável frustração coletiva. E nesse caso, com o passar dos anos, ainda quando não fosse difícil explicar aos nossos netos o parentesco entre uma flor e uma moeda, ou mesmo entre uma tulipa e um presidente da república, ficaria muito mais difícil explicar a relação que um dia se acreditou haver entre a estabilidade da moeda e as reformas.

NOTAS:

1- A Short History of Financial Euphoria

QUE HORAS SÃO?

José Luís Fiori *

1. Alguns estrategos ou idealizadores do governo FHC anunciaram na primeira hora do novo governo que ele se moveria durante os próximos quatro anos, como um pêndulo, apontando ora para a direita, ora para a esquerda, apoiando-se, em cada um destes momentos, numa "geometria variável" de forças que poderia incluir desde o PPR até o PT sem maiores discriminações. Pois bem, suponhamos que isto fosse possível, no mundo real dos interesses e da política, e até que as coisas pudessem vir a ocorrer desta maneira. O que no momento é certo e rigorosamente indiscutível é que, se existisse este pêndulo, ele esteve apontando ferozmente para a direita, durante os primeiros seis meses do governo Cardoso. Não apenas pelo rigor "canônico", pressa e irresponsabilidade estratégica com que levou a frente, na forma de um rolo compressor, um programa extremamente complexo de reformas institucionais, como se elas constituíssem um 'pacote' de políticas e decisões homogêneas e autoevidentes como crêem e propõem todos os receituários ultraliberais.

* Cientista Político, Professor-titular dos Institutos de Economia Industrial da UFRJ e de Medicina Social da UERJ.

Mas sobretudo pela maneira com que descartou todas as promessas eleitorais que poderiam ainda caracteriza-lo como um governo sócio-liberal, aí incluindo-se seu absoluto descaso real com as políticas sociais, visível no desespero de seu Ministro da Saúde, no destino que foi dada, na prática, ao seu Fundo de Emergência Social e na pobreza de recursos de seu programa 'Comunidade Solidária'. Não podendo esquecer-se, no rol dos créditos direitistas deste início de governo, a forma com que PSDB e PFL, os seus dois principais partidos de sustentação, levam a frente seus projetos de "modernização política" do país ampliando, de imediato, suas bancadas parlamentares, pela via da cooptação fisiológica, absolutamente explícita, dos parlamentares eleitos por outras legendas e programas. Não podendo esquecer-se, mais recentemente, a forma autoritária e prepotente com que enfrentou a greve dos petroleiros, sobretudo quando se tem em conta a subserviência que tem demonstrado no manejo de suas relações com o núcleo duro da direita mais tradicional, seja na versão ridiculamente *dandi* ou mais sobriamente truculenta do "modernissimo liberalismo" baiano que parece que haver sido finalmente descoberto e devidamente valorizado por alguns intelectuais de sofisticada formação "socialdemocrata".

2. Para os estrategos ou teóricos do pêndulo, entretanto, nada disto é muito surpreendente ou irreversível. Pelo contrário, o que se deve esperar, segundo eles, é que depois desta "hora" de rigoroso direitismo, o governo comece a mover-se na direção de uma nova geometria de forças apoiada num eixo mais à esquerda. Alguns até já antevêem esta nova etapa e seu líder: seria a hora "protecionista" do ministro José Serra. O problema, em primeiro lugar, é que até aqui pelo menos, por decisão ou imposição, as novas diretrizes comerciais do governo não alcançam nem de longe a estatura de uma política industrial capaz de redirecionar a estratégia em curso de

ajustamento "passivo" ou "liberal" ao desafio da globalização econômica. Enquanto, em segundo lugar, a lógica do plano de estabilização, esta sim, vai impondo seus desdobramentos de forma implacável, deixando pouco espaço para que o governo afaste-se da rigorosa consistência direitista que apresentou neste primeiro semestre. Durante estes primeiros seis meses a agenda do governo esteve ocupada quase integralmente pela administração dos efeitos brasileiros da crise mexicana e pelo lento e sempre negado esgotamento do Plano Real. Sua opção direitista ficou caracterizada pela forma em que respondeu a estes desafios.

Com relação ao estrondoso fracasso mexicano, o governo FHC, depois de um período de indecisão, optou pela "leitura" BIRD/FMI, considerando que nada de mais ocorreu, e o que ocorreu foi produto de falhas circunstanciais e locais. Portanto, segue em pé e perfeitamente válida a estratégia ultraliberal, como ficou reafirmado nas recentes Reuniões do Banco Mundial, realizada no Brasil, e do Grupos dos 7, realizada em Halifax, no Canadá. Apoiado nesta interpretação o governo FHC tentou desconhecer que os problemas que vem enfrentando o seu Plano Real estão diretamente associados à estratégia que o informou, rigorosamente idêntica à do governo Salinas Gotari, apostando suas fichas na maior "credibilidade" das autoridades e mercados brasileiros. Feita esta opção, só lhe restou a batalha de Sísifo para recompor a cada momento sua credibilidade externa. É dentro desta opção de aprofundamento da mesma aposta, apesar do pessimismo em alta que detectam algumas pesquisas sobre a opinião de empresários e da população em geral, que deve ser compreendida a fúria com o governo dedicou-se a aprovar o seu pacote de reformas constitucionais uma tentativa atabalhoada de recompor expectativas desfazendo-se, por um passe de mágica, do chamado "efeito tequila".

3. Esta dificuldade, entretanto, tende a assumir uma complexidade crescente e isto a despeito de que o Congresso Nacional venha se mostrando agilíssimo e tem dado, até aqui, um apoio entusiástico às propostas do governo. Mal que mal está presidido e liderado pelos principais aliados da coalizão governamental e defensores inflamados das reformas constitucionais, desde muito antes que FHC. A dificuldade, portanto, não é "política", como crêem alguns, e o que passa e todos vão percebendo é que, seja pelo seu *timing* de regulamentação ou implementação (no caso de algumas privatizações) ou seja finalmente porque os investidores já sabem que elas não foram suficientes para dar "governabilidade" ao México, fica muito difícil convencer a população (por melhor que sejam os comunicadores), mas sobretudo aos 'analistas de risco', de que estas reformas tenham algo a contribuir de imediato para conter a inflação ou mesmo fortalecer de vez as contas públicas. Sejamos claros: toda esta imensa tempestade em copo de água (a dramatização da aprovação pré-anunciada das reformas constitucionais, conhecidas e já experimentadas quase urbe et orbi) esteve diretamente vinculada com o jogo de sombras em que se transformou o mundo das expectativas econômicas, e com a tentativa governamental de condicionar a decisão imediata dos investidores com relação aos recursos que apostaram no Brasil durante os seis meses de euforia encerrados com a crise mexicana. Se isto funcionará ou não dependerá, entretanto, de outros fatores ligados mais imediata e diretamente com o aumento da inconsistência da política macroeconômica do governo, mais visível no na expansão do déficit comercial, no nível das taxas de juros e na escalada da dívida pública. Na verdade já não há quem não reconheça, mesmo entre os economistas mais esperançosos, que se a batalha da estabilização segue, o Plano, do ponto de vista de sua estrutura lógica, "já acabou", "sofre de fadiga" ou simplesmente "precisa ser reformulado". Os jovens "geniais" que o conceberam já se retiraram quase

todos para a sombra do setor público ou mais diretamente para o setor financeiro privado. Enquanto o governo usando variados artifícios para não retratar-se, mantém a mesma retórica mas vai lentamente alternado sua política econômica retirando paulatinamente os alicerces de sua grande obra: assim, ao erodir a confiança em sua âncora cambial reagiu ao pânico dos investidores subindo a taxa de juros; ao desequilíbrio comercial e à reclamação dos exportadores, desvalorizando o dólar; e frente ao comportamento "insaciável" dos consumidores foi obrigado a um recuo tático na política de abertura comercial e está induzindo uma pesada recessão. Por outro lado, ainda quando existam divergências internas dentro do governo, entre o caminho da desvalorização cambial e o da recessão pura e simples, todos reconhecem a impossibilidade de manter a mesma estratégia apoiados exclusivamente no manejo de uma taxa de juros que pelos seus níveis vai perdendo qualquer eficácia como instrumento de política econômica. E por mais que o governo insista, corretamente do ponto de vista do interesse brasileiro, em dissociar o Brasil do "risco América Latina", o que os números indicam é que para os investidores este continente é mais integrado do que para seus próprios habitantes.

O grave problema, entretanto, que se coloca no caminho do governo é que ele não dispõe de nenhum instrumento próprio e eficaz para assegurar-se de que poderá ter algum êxito seguindo, como o está fazendo, a incisiva sugestão de Camdessus, presidente do FMI, de que o único caminho possível é manter a fé nos mercados e seguir avançando na mesma direção seguros de que as coisas se recomponham com o tempo e por si mesmas. E é nesta mesma direção que aponta o recado enviado recentemente, pela imprensa, pelo influente economista Rudiger Dornbush: sem uma "privatização selvagem" ficará apenas para a memória fotográfica o esforço de relações públicas que o Presidente FHC desenvolveu, de forma tão competente, em suas recentes visitas aos EUA e à Inglaterra.

4. Pois bem, se este foi o enredo direitista do primeiro semestre do governo FHC, o que se deve ou pode esperar como cenário político-econômico do segundo semestre? De uma coisa podemos ter certeza: a provação das reformas constitucionais não trará nada de novo, nem no plano real nem no plano simbólico ou "excepcional". Mais importante do que isto deverá ser, a partir de agora, a batalha da desindexação a ser dada em plena aceleração inflacionária. Mantendo o mesmo discurso de antes e sem fazer caso de que as suas pré-condições não se verificaram, o governo aproveitará o seu "sucesso" parlamentar com as reformas e com o revés que infringiu aos petroleiros para lançar um programa de desindexação cuja face mais imediata está ligada aos salários mas que tem ramificações muito mais amplas e profundas. O essencial é que esta proposta em vez de aparecer como uma conseqüência do sucesso da estabilização e como forma de consolidar os ganhos obtidos com o reordenamento da matriz de preços relativos do país, ela surge agora como um expediente, uma espécie de 'fuga para frente' com vistas a ganhar tempo para um plano que vai mal das pernas. Em vez de espelhar uma desaceleração da inflação, a desindexação vem para tentar impedi-la de acelerar-se - e de quebra, desafogar as contas do governo. E isto porque, com a queda prevista de arrecadação, devida ao aperto recessivo que está se iniciando, com o aumento dos custos devido as taxas de juros "escorchantes" que vem sendo praticadas, e finalmente aos "custos" das vitórias parlamentares do governo, o movimento para desindexar a economia tornou-se uma necessidade imperiosa do caixa do próprio governo. Quem pagará a conta antes dos demais, serão os funcionários públicos, e logo depois, todos os trabalhadores assalariados..

Nesta direção não é improvável que no segundo semestre, apesar de que todas as reformas já tenham sido devidamente aprovadas e sacramentadas, nada ocorra de mais positivo do que alguns 'ótimos negócios' - que não envolverão mais do que uns vinte a vinte e cinco "barões ladrões" nacionais - alem de uma estagnação prolongada, sem que esteja excluída a hipótese de que venha acompanhada de inflação. Se isto ocorrer será certamente uma nova e irremediável frustração coletiva. E para aqueles que apostaram que agora seria a hora da esquerda terão que ficar esperando que o pêndulo se descole da geometria variável desenhada pelos compromissos do governo com a estratégia econômica em curso e com as suas forças políticas de sustentação. Talvez isto possa ocorrer, pelo menos no plano da retórica, sob efeito das eleições de 1996 quando, como forma de responder ao descontentamento popular e estabilizar a nova hegemonia de centro-direita, deverá testar-se pela primeira vez o que poderíamos antecipar como um modelo de tipo "ítalo-norteamericano": a combinação da alternância confiável a nível central com uma radicalização e esquerdização progressiva da linguagem e dos governos locais. Seria a hora e a vez do pêndulo político de FHC adernar levemente à esquerda aproveitando-se do "estado de indiferença ideológica" que caracteriza, segundo os principais teóricos tucanos, a nossa modernidade baiana.

RESUMO:

Este número da Série reúne dois artigos jornalísticos escritos e publicados em abril e julho respectivamente. Fazem um balanço conjuntural do governo FHC quando este completou seus primeiros três e seis meses. O ângulo privilegiado em cada uma das análises é o da evolução e perspectivas da política econômica do governo e muito em particular do seu Plano Real de estabilização da moeda. Nenhum dos dois contém, como é óbvio, juízos ou projeções "definitivas".

TEXTOS PUBLICADOS
— 1994 —

107 - TAVARES, Ricardo; MORAES, Claudia Leite, *Comparações de coeficientes gerais de mortalidade: uma solução trivial para o problema da escolha da "população-alvo".* 23 p.

TEXTOS PUBLICADOS
— 1995 —

108 - FIORI, José Luís, *Sobre os Tempos de Collor - Parte IV.* 47 p.
109 - PINHEIRO, Roseni, DAL POZ, Mario Roberto. *Democratização e controle na saúde: Análise do Conselho_ Estadual de Saúde do Rio de Janeiro.* 32 p.
110 - RIVERA, Francisco Javier Uribe. *Por um contraponto teórico-metodológico entre o planejamento estratégico-situacional (PES) e o controle de qualidade total (T.Q.C.) na saúde pública.* 47 p.
111 - PEPE, Vera Lúcia Edais; VERAS, Cláudia Maria Travassos. *A prescrição médica.* 26 p.
112 - FIORI, José Luís, *Espelho Espanhol de FHC.* 15 p.
113 - FIORI, José Luís. *Por que governabilidade? Qual governabilidade?* 15 p.
114 - SANTOS, Luiz A. de Castro; FARIA, Lina Rodrigues de. *Arquivo Rockefeller: banco de dados.* 68 p.
115 - FIORI, José Luís. *O Federalismo frente ao desafio da globalização.* 32 p.
116 - FIORI, José Luíz. *Social Liberalismo: A Bússola Quebrada de Fernando Henrique Cardoso.* 20 p.
117 - FIORI, José Luiz. *Estado do Bem-Estar Social: Padrões e Crises.* 24 p.
118 - VIANA, Ana Luiza. *Modelos de intervenção do estado na área da saúde.* 62 p.
119 - PEREIRA NETO, André de Faria. *O modelo de assistência médica de Pedro Ernesto (1932): algumas considerações.* 20 p.
120 - FIORI, José Luís. *A Governabilidade democrática na nova ordem econômica.* 27 p.
121 - MOREIRA, Tula Maria Silva. *Perfil de morbidade em um ambulatório médico bancário no ano de 1994.* 27 p.
122 - PEREIRA NETO, André de Faria. *A história da profissão médica: algumas considerações.* 28 p.
123 - VIANNA, Cid Manso de Mello. *Dependência tecnológica: uma proposta de interpretação.* 36 p.
124 - PINHEIRO, Roseni. *A dinâmica dos conselhos municipais de saúde no estado do Rio de Janeiro*: três estudos de casos, Angra dos Reis, Resende e Bom Jesus do Itabapoana. 64 p.
125 - RIOS, André Rangel. *Conceito objetivo, denominação extrínseca e entia rationis em Francisco Suarez (1548-1617).* 58 p.
126 - GUIMARÃES, Reinaldo; et al. *A pesquisa no Brasil:* organização (parte I). 55 p.
127- GUIMARÃES, Reinaldo; et al. *A pesquisa no Brasil:* desempenho (parte I I). 56 p.